

ATÉ QUE SEJA NOSSO: O EXEMPLO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE - PE E A RESPONSABILIDADE DA ARQUEOLOGIA EM DEFESA DO PATRIMÔNIO

UNTIL IT IS OURS: THE EXAMPLE OF THE JOSÉ ESTELITA WHARF, RECIFE - PE AND THE RESPONSIBILITY OF ARCHEOLOGY IN DEFENSE OF THE HERITAGE

Eduardo de Freitas Munizⁱ

Ravena Barbosa Machado de Souzaⁱⁱ

Ana Catarina Peregrino Torres Ramosⁱⁱⁱ

Resumo O Cais José Estelita, construído por volta de 1858, situado no Bairro de São José, Recife – PE é significativo para a história da cidade como o local de implantação da segunda ferrovia nacional. No ano de 1999 o Cais foi abandonado e em 2008 foi vendido ao Consórcio Novo Recife, que apresentou o Projeto Novo Recife, prevendo a derrubada dos armazéns que compunham o cais. Como forma de resistência à derrubada do Cais José Estelita, surge em 2012 o Movimento Ocupe Estelita. O objetivo desta pesquisa é investigar como a arqueologia foi utilizada pelo Movimento Ocupe Estelita para defender o Cais. Os métodos utilizados foram a análise de conteúdo dos textos presentes no *blog* do Grupo Direitos Urbanos e dos documentos encontrados no Sistema Eletrônico de Informações. Mediante os resultados das análises, combinados à revisão bibliográfica, foi possível perceber que apesar do debate sobre patrimônio estar inserido nas formulações do movimento, há pouca participação da arqueologia, cumprindo a disciplina um papel burocrático e subordinado pelas vias institucionais. Ratifica-se que o conhecimento arqueológico é de grande importância para a defesa do patrimônio nas cidades e faz-se necessário que a disciplina realize cada vez mais ações que denotem a sua responsabilidade política e social. **Palavras-Chave:** Arqueologia Urbana; Movimentos Sociais; Direito à Cidade; Movimento Ocupe Estelita.

Abstract: The José Estelita Pier, built around 1858, located in the neighborhood of São José, Recife – PE is significant for the history of the city as the site of the implementation of the second national railway. In 1999 the pier was abandoned and in 2008 it was sold to the Novo Recife Consortium, which presented the Novo Recife Project, foreseeing the demolition of the warehouses that made up the pier. As a form of resistance to the overthrow of the José Estelita Pier, the Occupy Estelita Movement emerged in 2012. The objective of this research is to investigate how archaeology was used by the Occupy Estelita Movement to defend the Pier. The methods used were the content analysis of the texts present in the *blog* of the Urban Rights Group and of the documents found in the Electronic Information System. Through the results of the analyses, combined with the bibliographic review, it was possible to perceive that although the debate on heritage is inserted in the formulations of the movement, there is little participation of archaeology, fulfilling the discipline a bureaucratic and subordinate role through institutional channels. With this, it is ratified that archaeological knowledge is of great importance for the defense of heritage in cities and it is necessary that the discipline carry out more and more actions that denote its political and social responsibility. **Key words:** Archeology; Social Movements; Right to the city; Urbans Right Group; Occupy Estelita.

i Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: eduardo.fmuniz@ufpe.br

ii Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: ravena.souza@ufpe.br.com

iii Docente do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: ana.tramos@ufpe.br

Introdução

Ao longo de sua trajetória as sociedades humanas construíram, reconstruíram e modificaram paisagens e cidades inteiras de acordo com suas vontades ou por questões mais amplas envolvendo sua relação com o meio ambiente ou necessidades biológicas. Neste sentido, a construção das cidades se assemelha a um mosaico que muda constantemente ao longo do espaço e do tempo (Costa, 2014).

Compreender as dinâmicas das cidades e da vida urbana é essencial para entender o funcionamento de diversos fenômenos culturais. Sendo assim, estudar as cidades e a vida urbana – para as mais diversas ciências humanas e sociais – significa compreendê-las como um grande laboratório único e acelerado das mudanças sociais, políticas e econômicas. Logo, o seu estudo sistematizado pode ajudar a compreender as cidades como portadores e geradores de culturas.

A Arqueologia, por meio da teoria e métodos da Arqueologia Urbana, se apresenta como um importante instrumento de estudo da cidade, uma vez que possibilita através do registro arqueológico entender as dinâmicas da vida urbana. Para Anichini et al. (2001), a análise do potencial arqueológico de uma cidade tem sua gênese na identificação e seleção dos parâmetros que serão abordados nos estudos, neste caso em como se constrói a relação entre a sociedade organizada e o patrimônio arqueológico.

O estudo dos movimentos sociais atuantes nas cidades também atravessa a pesquisa, uma vez que possibilita entender as tensões que transpassam a vida urbana. Segundo Castells (1983), os movimentos sociais urbanos são um sistema de práticas que resultam da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e das práticas sociais, tendo em seu desenvolvimento a transformação estrutural do sistema urbano.

Desse modo, partindo dos conceitos teórico-metodológicos da Arqueologia Urbana e dos estudos dos movimentos sociais urbanos buscou-se entender as dinâmicas e tensões sociais que permeiam as cidades. Logo, o papel da Arqueologia e dos movimentos sociais na defesa do patrimônio histórico-arqueológico se apresenta como um importante parâmetro a ser observado.

É necessário entender como o processo de urbanização capitalista destrói a memória construída sobre o patrimônio histórico-arqueológico, bem como o Movimento Ocupe Estelita utilizou do

conhecimento arqueológico para tentar impedir o avanço das obras de destruição do Cais José Estelita.

A pesquisa objetiva investigar como o argumento arqueológico é utilizado pelos movimentos sociais em defesa do direito à cidade, a partir da experiência do Cais José Estelita e do Movimento Ocupe Estelita. Para tal, os objetivos específicos do trabalho são: apontar a estratégia de comunicação do movimento e como a arqueologia está inserida; apontar o que é o Movimento Ocupe Estelita e como ele se organiza; entender o papel das mídias hegemônicas e as contrarrespostas no debate do Cais José Estelita e; entender a relação construída entre o movimento social, arqueologia e o patrimônio do Cais José Estelita.

No desenvolvimento da pesquisa foram realizadas consultas nas plataformas de divulgação do movimento - O *blog* do Grupo Direito Urbanos - e no Sistema Eletrônico de Informações para alcançar os objetivos por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977).

A pesquisa desenvolvida mostrou que o Grupo Direitos Urbanos buscou construir em sua comunicação um debate centrado na explicação e informação de dados pouco conhecidos, além de divulgar denúncias contra irregularidades no processo. Já o Movimento Ocupe Estelita se construiu a partir da realidade cotidiana do debate que envolve o Cais José Estelita, e, buscou construir uma alternativa de uso para o espaço contrariando a proposta do Projeto Novo Recife, focando na preservação da sua identidade histórica e do caráter democrático do uso do espaço.

Os meios de comunicação do estado de Pernambuco tiveram papel central no processo de divulgação e defesa do Projeto Novo Recife, servindo de linha auxiliar ao Consórcio Novo Recife, principalmente, pelos interesses comuns. Em contrapartida, o movimento buscou enunciá-los e propor alternativas para a área que fosse de interesse público.

A Arqueologia, apesar de sua relevância, cumpriu apenas um papel institucional e burocrático frente à legislação que rege o licenciamento ambiental sem um posicionamento mais incisivo por parte dos profissionais da área no âmbito social, quando poderia contribuir para a defesa do patrimônio, auxiliando os movimentos e grupos que lutam por direitos coletivos, como o direito à cidade.

Fundamentação Teórica

Com o estudo da Arqueologia inserida nas cidades, construiu-se através dos conceitos e métodos da Arqueologia Urbana um aporte que possibilita analisar e discutir a relação da sociedade civil com a memória construída, por meio do bem arqueológico. É interessante a abordagem proposta por Smith (2011), que destaca três princípios essenciais que podem ser investigados pela arqueologia no processo de formação dos espaços urbanos: a disposição e forma da cidade, o planejamento e execução urbano e as dinâmicas sociais da vida urbana. Neste trabalho foi dado enfoque ao último princípio.

Para compreender essas dinâmicas sociais são essenciais alguns conceitos e procedimentos teórico-metodológicos como os descritos por Costa (2014), a saber: a relação da percepção e do comportamento ambiental, a semiótica ou comunicação arquitetônica, a sintaxe espacial, a morfologia urbana, a teoria da recepção, o planejamento gerativo, as normativas de urbanização e as análises de formação da cidade.

A teoria da recepção ajuda a compreender a relação da sociedade civil com o ambiente construído e o conceito de movimentos sociais auxilia na análise da experiência de defesa do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita.

Os debates sobre a relação do patrimônio arqueológico com as pessoas têm se tornado indispensáveis. A Arqueologia Pública se apresenta como um importante viés teórico para compreender a relação de pertencimento, de identidade e de memória da sociedade com os bens arqueológicos que convivem. Desta maneira, Fernandes (2007) descreve a arqueologia pública como uma área de pesquisa, debate e aplicação da arqueologia, designada a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas.

Os movimentos sociais, por sua vez, apresentam-se como um importante instrumento de estudo, que deve ser explorado pela Arqueologia Pública para entender a relação que permeia o debate sobre o patrimônio arqueológico das cidades na esfera pública, e como a sociedade participa desse processo. Para tanto, Maria da Glória Gohn (2011), explica a noção chave de movimento social a ser explorada considerando-o como ações coletivas sociopolíticas, realizadas por atores sociais de diferentes classes e camadas. Essas ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva pelos interesses comuns com

base na força do princípio de solidariedade, referenciada nos valores culturais e políticos compartilhados.

Dessa maneira, pode-se inferir que o termo movimento social verbaliza em si a noção de organização da sociedade civil, formada por ações coletivas onde os indivíduos buscam alcançar mudanças sociais através de debates políticos e expressões públicas de seus posicionamentos.

A relação entre sociedade civil, movimentos sociais e patrimônio cultural, respectivamente, se projeta a partir da noção de memória e identidade construída. Assim cabe a definição de Funari e Funari (2007) que conceitualizam patrimônio a partir da noção de herança, ou seja, algo que fora herdado do passado por meio da relação criada, seja com a cultura material e/ou imaterial. Logo, para que um bem seja considerado patrimônio, se faz necessário estar presente na memória e identidade das pessoas.

Pollak (1992) aponta que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo que vivenciamos fica gravado em nossa mente. Cabe mencionar também, que a memória é um fenômeno socialmente construído e deve ser tratada como uma questão coletiva. E na construção da identidade e memória na sociedade, é necessário entender o papel de importância do patrimônio arqueológico – seja ele pré-histórico ou histórico. É por meio da análise da cultura material do passado que são compreendidos os hábitos que formam nossa cultura até hoje.

Contexto histórico-cultural do crescimento urbano no Recife

A formação e desenvolvimento urbano da cidade do Recife foram marcados por construções iniciadas pelos portugueses e holandeses, no seu período de dominação entre os anos de 1630 e 1654. Na figura 1 está em destaque o traçado urbano inicial da cidade, iniciado ao sul do então Istmo de Olinda e se expandindo para a ilha de Antônio Vaz, tendo a ponte como acesso. Na direção sul, está assinalada em azul a localização do Cais José Estelita, ali instalado no século XIX (destaque nosso). Sendo assim, as primeiras ocupações da área em que está inserido o Cais José Estelita remonta ao período da colonização holandesa (Arruda, 2015). Tendo em seu entorno diversas outras construções e espaços históricos, como o Forte das Cinco Pontas, a Igreja de São José e, mais a frente, o bairro do Recife.

Durante mais de quatro séculos a cidade do Recife foi alvo de grandes transformações urbanísticas, para esta pesquisa, foram abordadas as transformações urbanísticas mais

contemporâneas da cidade do Recife, restringindo assim o recorte cronológico do trabalho ao período pós surgimento do aterro que formou o Cais.

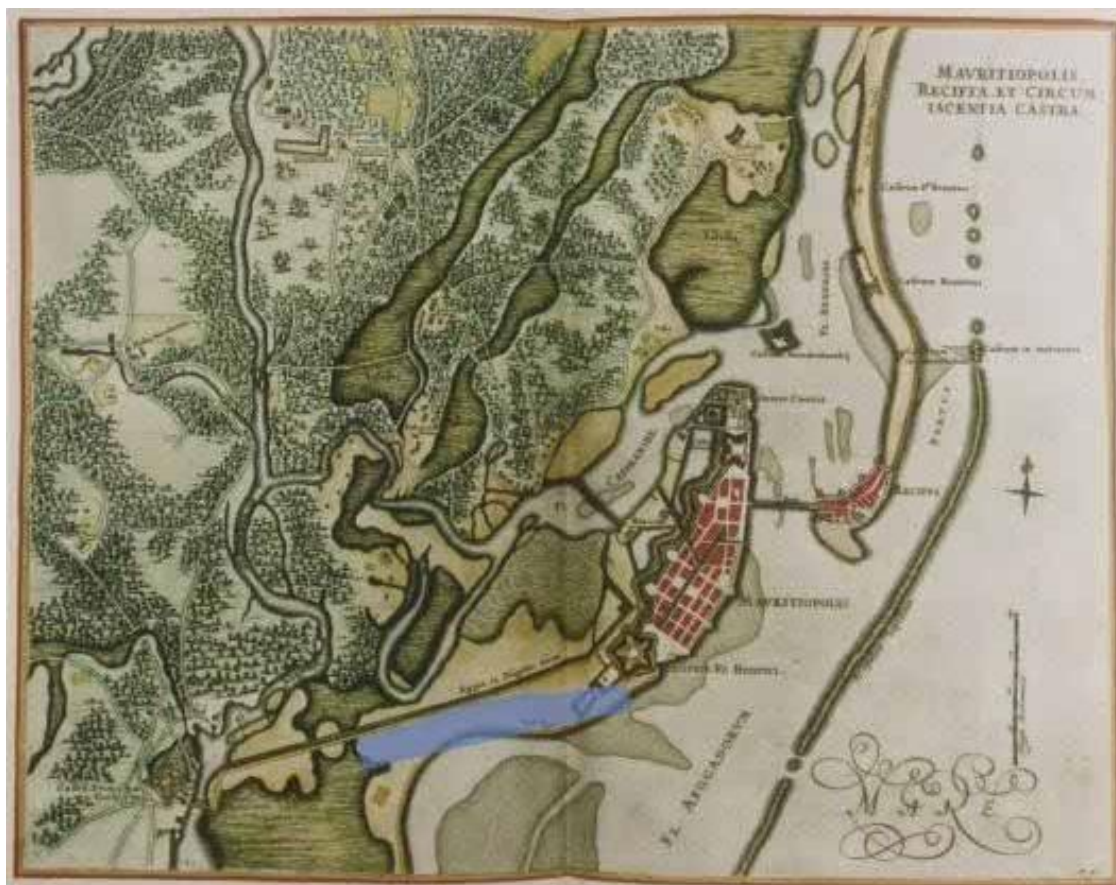


Figura 1: Mapa do Recife, 1644, indicando a localização do futuro Cais José Estelita. Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons.

A área do Cais José Estelita é um aterramento contíguo à área de aterro dos Afogados, ligação do bairro do Cabanga ao de São José, banhado pela bacia do Pina. Esta área, durante o período holandês, se caracterizou como um importante espaço para o desenvolvimento da cidade, possibilitando que posteriormente fosse efetivado o primeiro traçado de linha férrea de Recife ao São Francisco, evitando custosas obras que seriam necessárias para cruzar os rios Beberibe, Capibaribe e Pina (Santos; Lage, 2021).

Desde 1739 há um processo de aterramento realizado na área, que se expande nos séculos seguintes para construção de grandes equipamentos urbanos, como a antiga Casa de Detenção, construída praticamente dentro das águas do Rio Capibaribe (Menezes, 2000). Na primeira metade do século XX, os bairros de Santo Antônio e São José já estavam consolidados. O Cais José Estelita surge em um momento de grandes transformações urbanísticas nos bairros históricos da cidade, em 1858.

Após quase um século, na década de 1950 a área já estava desenvolvida e a artéria existente já tinha recebido a denominação de Avenida Engenheiro José Estelita, profissional falecido em 1951. Pelo Decreto Municipal nº 4.053, datado de 28 de novembro 1958, o então Prefeito da Cidade, Miguel Arraes de Alencar, autoriza desapropriações por utilidade pública para a construção da Avenida Sul.

O Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, que está inserido no mesmo espaço, se desenvolveu concomitante à formação do Cais, sendo inaugurado em 1858 e descrito como a primeira estrada de ferro do Nordeste e a segunda do Brasil (Figura 2). O local foi o ponto de partida da Estrada de Ferro Recife ao São Francisco, tendo um trecho de 31,5 km de extensão, que ligava o pátio ferroviário ao município vizinho, Cabo de Santo Agostinho. A ferrovia foi construída com capital inglês pela companhia “*Recife and São Francisco Railway Company*”, sediada em Londres.

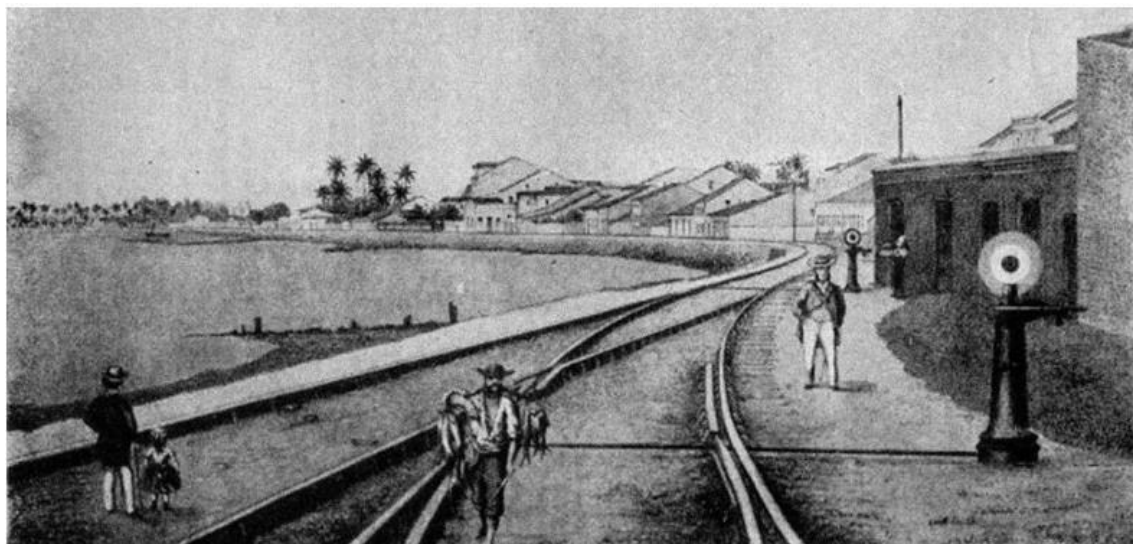


Figura 2: Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Litografia de F. H. Carls, 1878. Fonte: F. H. Carls. Exposta no Museu da cidade do Recife, 1878.

Com dificuldades de prosseguir com as atividades de administração da ferrovia, a empresa inglesa devolveu ao governo a concessão das estradas de ferro do Brasil. Sendo assim, em 1950 o governo criou uma Rede Ferroviária do Nordeste - RFN, que seria a empresa pública responsável por administrar as ferrovias do Nordeste brasileiro e, conseqüentemente, o pátio ferroviário das Cinco Pontas.

No fim da década de 1950, o então presidente Juscelino Kubitschek determinou que toda a rede ferroviária do país fosse administrada por uma única empresa, unificando todas as regiões com objetivo de administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das

estradas de ferro. Assim foi criada, pela Lei n.º 3.115 de 16 de março de 1957, a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

Em dezembro de 1999, o Governo Federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso, com Resolução n.º 12, de 11 de novembro de 1999 do Conselho Nacional de Desestatização, e por intermédio do Decreto n. 3.277 extinguiu a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. A partir disso, o espaço do Cais José Estelita foi abandonado.

Seguindo um fenômeno nacional de modernização das cidades e a crescente imobiliária no início dos anos 2000, o Recife passou por mudanças significativas de infraestrutura. Com grandes obras e projetos espalhados pela cidade, o mercado imobiliário encontrou, na Cidade do Recife, um espaço para colocar em prática um projeto de cidade nos moldes do capitalismo global.

Com o avanço das obras e com aparente aceitação da população, o mercado de construtoras encontrou, em uma área central da cidade, um terreno fértil para mais um processo de transformação da capital pernambucana. Essa área escolhida estava às margens do rio Capibaribe e ao lado do centro histórico, em um local onde havia uma série de galpões integrantes do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal, exatamente onde se localiza o Cais José Estelita.

Após o processo de abandono do local, em 2008 a área do Cais José Estelita voltou ao enfoque público após ser leiloada pela Caixa Econômica Federal. A área não operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas foi arrematada pelo montante de R\$ 55,5 milhões pelo Consórcio Novo Recife, em leilão questionado pela sociedade civil, intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais atuantes no contexto urbano.

Durante os anos seguintes a área do Cais José Estelita foi palco de um embate entre a sociedade civil – organizada pelo Movimento Ocupe Estelita – e poder público juntamente ao Consórcio Novo Recife - responsável pela compra da área. Hoje, parte da área total do Cais foi demolida para dar espaço a grandes torres residenciais e empresariais e, a outra parte encontra-se em estado de abandono.

Métodos

Para investigar como o argumento arqueológico foi utilizado pelos movimentos sociais na defesa do direito à cidade, tomou-se como exemplo a experiência do Cais José Estelita e do Movimento

Ocupe Estelita e optou-se por um caminho que permitisse: apontar a estratégia de comunicação do movimento e como a Arqueologia esteve inserida; caracterizar o Movimento Ocupe Estelita e como ele se organiza; entender o papel das mídias hegemônicas e as contrarrespostas no debate e; entender a relação construída entre o movimento social, Arqueologia e o patrimônio do Cais José Estelita.

Logo, a análise do movimento Ocupe Estelita, por meio das mídias alternativas, se apresentou como uma saída estratégica. Isto porque, além de vocalizar as ideias do grupo, são meios de comunicação independentes, portanto, “desafiam as formas capitalistas dominantes de produção, estruturas de mídia, conteúdo, distribuição e recepção” (Fuchs, 2010:178).

A estratégia de propaganda e denúncia em forma de *blog*, adotada pelo *blog* do Grupo Direitos Urbanos Recife, se alinha diretamente a intenção geral das mídias alternativas com objetivo de "pluralizar as vozes do debate público, discutir, questionar e tornar mais acessível o acesso a temas, ângulos e fatos que são obscurecidos, silenciados e até distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos e comprometidos comercialmente" (Moscoso, 2020:7).

O *blog* do Grupo Direitos Urbanos cumpriu seu papel de mídia alternativa na divulgação de informações e denúncias sobre os processos referentes ao Cais José Estelita e outras problemáticas urbanas da cidade. Ele possibilitou a democratização de informações escondidas pelos interesses da grande mídia hegemônica do estado de Pernambuco e expandiu as vozes do grupo em defesa da cidade, de forma horizontal e colaborativa.

Sendo assim, para compreender a relação que se constrói entre o patrimônio edificado do Cais José Estelita e a luta pelo direito à cidade, impulsionada pelo Movimento Ocupe Estelita, foi utilizado métodos da análise de conteúdo dos textos de mídias alternativas por meio de texto produzidos por militantes do movimento para o *blog online* do Grupo Direitos Urbanos Recife hospedado na plataforma pública *WordPrees*.

Por meio da utilização deste método – análise de conteúdo – descrito por Bardin (1977) foi possível entender como o movimento atuou durante o período delimitado pela pesquisa, bem como, averiguar a relação construída entre o movimento e os debates arqueológicos e patrimoniais na cidade.

O método em questão debruça-se em algumas etapas, sendo elas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos dados obtidos e sua interpretação. Na primeira etapa – a pré-

análise – foi realizada, a priori, uma leitura flutuante de todos os textos referentes ao Cais José Estelita presente no Grupo Direitos Urbanos e, a posteriori, seguindo os marcos que guiam a pesquisa foram selecionados os textos que poderiam contribuir para alcançar os objetivos da pesquisa.

Sendo assim, durante o processo de pré-análise, foram identificados 106 resultados por meio da *tag* "estelita" na barra de pesquisa do *blog* do Grupo Direitos Urbanos, dispostos cronologicamente entre 2012 e 2015. Tendo 46 publicações no ano de 2012, 14 em 2013 e 2014 e 3 em 2015. Entre os resultados obtidos estão editoriais, anúncios, notas e clippings que remetem ao Cais José Estelita, ao Movimento Ocupe Estelita e ao Projeto Novo Recife. Vale ponderar que existem publicações anteriores e posteriores às da plataforma com outros debates sobre a cidade. Este trabalho se atenta à espacialidade delimitada nos textos presentes no *blog*, por entender que este foi o principal meio de comunicação do grupo.

Durante a etapa de exploração do material buscou-se definir palavras chaves para compreender a relação entre o movimento social e o patrimônio presente nos textos analisados do *blog* do Grupo Direitos Urbanos, construindo uma unidade de registro. A definição das palavras partiu da temática da pesquisa e seus objetivos, sendo elas: Arqueologia, Patrimônio Cultural, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Histórico, Iphan, Movimento Social, Ocupe Estelita, Novo Recife, Direito à Cidade, Participação Popular, Identidade e Memória.

Portanto, dos 106 resultados encontrados por meio da *tag* "estelita" no *blog* do Grupo Direitos Urbanos, 77 tiveram em seu corpo de texto, uma ou mais palavras citadas anteriormente. Logo, 29 matérias foram excluídas das análises por não atenderem aos requisitos metodológicos.

Por fim, durante a última etapa de tratamento dos resultados e interpretação, alguns critérios são propostos seguindo os objetivos da pesquisa. Para estabelecer uma linha cronológica do Movimento Ocupe Estelita, os textos analisados buscam identificar um padrão de postagem a cada ano, observando quais as principais demandas e ações internas e externas que colaboraram para os eventos e quais as estratégias de comunicação do movimento. Consequentemente, buscou-se listar as principais atividades do grupo para divulgar o movimento e promover a proteção do Cais, destacando como se deu o processo.

Além disso, há disposto no site alguns *clippings*, que foram analisados para entender qual o papel da mídia hegemônica na disputa do Cais José Estelita e quais as contrarrespostas do

movimento. Ademais, buscou-se a palavra “Arqueologia” em todos os textos para entender como se deu sua atuação e argumentação na defesa do cais.

Ainda sobre o papel da Arqueologia foram levantadas informações através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan, que consiste em uma ferramenta pública desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, para gestão de documentos e processos, quando foi possível entender como a arqueologia atuou para além do movimento. Sendo assim, por meio da pesquisa na plataforma foram identificados dois registros de processos, um relativo ao Projeto de Monitoramento das Obras do Cais José Estelita- Recife/PE, com 63 registros e o outro relativo ao Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas obras do Cais José Estelita, Recife/PE com 134 registros. Nesses registros foi realizada uma análise para identificar o papel da Arqueologia no Cais José Estelita.

Foi definida uma linha cronológica dos principais eventos realizados pela Arqueologia Preventiva para a área, com foco nos embargos, estudo de impacto, resgate de materiais e aplicação de Educação Patrimonial. A pesquisa buscou analisar como se deram os processos, bem como a empresa responsável pelo estudo da área aplicou sua metodologia de estudo, resgate dos materiais e Educação Patrimonial na área.

Resultados e discussões

A partir das análises das publicações e textos especificados foi possível identificar elementos da estratégia de comunicação do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento Ocupe Estelita, e a inserção da Arqueologia nesse debate.

Setenta e seis publicações remetem ao Cais José Estelita no *blog* do Grupo Direitos Urbanos em 4 anos de publicações. O ano de 2012 foi o mais intenso no que diz respeito a quantidade de publicações, totalizando 46, que corresponde a mais da metade dos textos expostos no site. Os anos de 2013, 2014 e 2015 possuem 14, 14 e 3 publicações, respectivamente. Para compreender a construção do movimento nesses anos foram analisadas, à priori, por ordem cronológica, buscando compreender os principais debates a cada ano.

Os primeiros movimentos organizados em defesa do espaço iniciaram-se por volta de 2012, quando a ameaça da derrubada dos armazéns se estabeleceu. A primeira reportagem publicada

no *blog* do Grupo Direitos Urbanos data de 28 março de 2012 e foi publicada pelo Professor Leonardo Cisneiros.

Intitulado de "Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife", o texto escrito na primeira pessoa do singular demonstra a preocupação do autor sobre os efeitos do projeto para a Cidade do Recife. O autor apresenta um compilado de oito argumentos sobre os impactos do Projeto Novo Recife na transformação do contexto urbano. Apesar de não haver conteúdo direcionado à Arqueologia propriamente dita, o autor aponta para questões de preservação do patrimônio de forma crítica. Para ele, a preservação do patrimônio não deve considerar somente o espaço do Cais José Estelita, mas, todo o entorno paisagístico que é afetado por ele.

Pela cronologia do *blog*, verifica-se que o ano de 2012 foi o pontapé inicial para o surgimento de uma luta organizada em defesa do Cais José Estelita, que foi vendido em 2008 ao Consórcio Novo Recife. Nas publicações do primeiro semestre de 2012, há em sua maioria, textos informativos e dispostos a esclarecer dúvidas, sendo observado em vários títulos, como: "Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife"; "Sobre o Projeto Novo Recife"; "Histórico do Projeto Novo Recife e outras propostas" e "FAQ - Projeto Novo Recife".

Em 2013, com a troca de gestão da prefeitura, houve uma diminuição significativa de publicações, reuniões e artigos publicados no *blog* do Grupo Direitos Urbanos, o que pode ter acontecido principalmente pela mudança da gestão e, conseqüentemente, pelas transições nos conselhos administrativos. Outro ponto relaciona-se à conjuntura política nacional, que direcionava os militantes dos movimentos sociais a construir outras pautas, como as jornadas de junho de 2013 quando ocorreram mobilizações em todo o país.

Já em 2014, apesar de ser um período de grandes mobilizações do Movimento Ocupe Estelita, o número de publicações no *blog* do Grupo Direitos Urbanos é inferior ao contingente do primeiro ano, mostrando uma mudança de estratégia de comunicação e propaganda do movimento. A ascensão de outras redes sociais, mais acessadas pelo público no geral como o Facebook e Instagram podem ter direcionado esta mudança, uma vez que em rápidas pesquisas nessas redes foi possível notar um número maior de publicações no mesmo período.

Conseqüentemente, o ano de 2015 marca o fim do *blog* do Grupo Direitos Urbanos como estratégia de comunicação do Movimento Ocupe Estelita. Neste período, há apenas 3 textos publicados ainda no primeiro semestre de 2015. É importante mencionar que o movimento

Ocupe Estelita continuou suas ações em defesa do Cais José Estelita, todavia utilizando outras formas alternativas de comunicação.

O primeiro registro de chamado do Movimento Ocupe Estelita (Figura 3), que surge a partir da efervescência dos debates sobre a cidade promovidos pelo Grupo Direitos Urbanos e pelo aumento das tensões envolvendo o Projeto Novo Recife, é de abril de 2012. Sua organização foi uma resposta a divulgação do Projeto Novo Recife pelo Consórcio Novo Recife e o avanço para a autorização do projeto no âmbito jurídico/institucional.



Figura 3: Cartaz de divulgação e convocatória para o primeiro #OcupeEstelita. Fonte: *Blog* do Grupo Direitos Urbanos, 2012.

Além de identificar elementos da estratégia de comunicação, a leitura também possibilitou identificar algumas características do movimento Ocupe Estelita, por exemplo, de como ele se organiza e atua na sociedade. No *blog* do Grupo Direitos Urbanos, a primeira publicação referente ao Movimento Ocupe Estelita aconteceu em 8 de março de 2012 por Leonardo Cisneiros, já citada anteriormente, quando apresenta o movimento a população (Cisneiros, 2012b), e convida a sociedade a participar da programação e ocupar o espaço: "os simpáticos ao movimento podem levar instrumentos musicais, além de alimentação para quem desejar fazer piquenique". É possível perceber, por meio desta fala, o caráter e objetivos do movimento.

Importante destacar a adesão da população ao evento, que participou ativamente das atividades e ocupou o espaço do Cais (Figura 4).



Figura 4: #OcupeEstelita 2012 com diversas atividades de cultura e arte. Fonte: Ytallo Barreto, 2012.

Ao promover oficinas e atividades culturais abertas ao público, o movimento reafirma seu projeto para a área, que parte do princípio da construção de um espaço democrático, valorizando a arte, a cultura, a dança e respeitando a construção histórica do Cais. Além disso, nota-se que o debate sobre preservação do patrimônio está presente desde o início do movimento.

O Movimento Ocupe Estelita tornou-se um exemplo do exercício da democracia e da luta pelo direito à cidade. Ocupar a cidade, para o movimento, é desfrutar de todos os espaços sem segregação. O movimento foi marcado pela heterogeneidade de gerações, classe social, raça e gênero, que se articularam para debater a cidade por meio de um projeto horizontal, espontâneo e unificado.

Ocupar as ruas da cidade foi uma forma encontrada pelo movimento para descentralizar o poder coercitivo vindo das instituições que ditam o modelo de desenvolvimento e o desenho da malha urbana da cidade, sob a particularidade do mercado imobiliário. A ocupação no Cais José Estelita não apenas denuncia um processo de gentrificação e, posteriormente, privatização dos espaços da cidade, mas faz ecoar um projeto de cidade para todos. O movimento é fruto de um processo de articulação de pessoas que contestam a política urbana e defendem o direito de desfrutar a cidade em sua totalidade.

A discussão sobre Patrimônio esteve presente nos debates do movimento desde os primeiros momentos em 2012. Em texto publicado no *blog* do Grupo Direito Urbanos, o movimento aponta que a preservação do patrimônio não deve considerar somente o espaço do Cais José Estelita, mas todo o entorno paisagístico inserido afetado por ele.

O debate também aparece em outros âmbitos, ainda em 2012 a Fundarpe, em carta enviada ao IPHAN mostra seu posicionamento quando reafirma seu compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável do Recife e defende a permanência da paisagem do Cais José Estelita e o direito ao acesso da população ao espaço. Em posição firme, exige dos poderes públicos a sua conservação, enumerando os outros bens patrimoniais do entorno como o Forte das Cinco Pontas, os antigos galpões da Rede Ferroviária, a Igreja Matriz de São José e principalmente a Bacia do Pina como marcos dessa paisagem. Finaliza solicitando que esse documento, juntamente com o “Abaixo-assinado” Contra o Projeto Novo Recife e o material do processo sobre o projeto no IPHAN, incluindo os laudos dos técnicos locais, sejam enviados ao Ministério Público e que o posicionamento desses técnicos, sejam considerados nos encaminhamentos tomados com relação às decisões, posicionamentos e intervenções na área do Cais José Estelita (Direitos Urbanos, 2012a).

Apesar do debate intrínseco entre direito à cidade e patrimônio, sempre ressaltado pelo movimento, o termo arqueologia e a defesa do patrimônio arqueológico não são explicitados pelo movimento no *blog* do Grupo Direitos Urbanos, analisado neste trabalho. Entretanto, a Arqueologia foi um importante argumento utilizado para embargar a obra e impedir a destruição por completa do Cais José Estelita em 2014, como será visto a seguir.

Em nota pública, divulgada pelo movimento em 22/05/2014, os integrantes do movimento comemoram o processo de embargo da demolição do Cais José Estelita pelo Iphan. Mesmo sem mencionar na carta, o motivo do embargo do Iphan à obra, se deu por conta da não realização do processo de licenciamento ambiental executado pela arqueologia preventiva na região. Buscando informações sobre este procedimento realizado pelo Iphan foi encontrada uma reportagem do G1 Pernambuco (2014), onde o promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho comenta: "Há patrimônio nacional histórico no terreno e, para haver demolição, precisa autorização do Iphan, que não há. O entendimento do Ministério também é que a área ainda está no perímetro do patrimônio histórico e não pode ser demolida".

Ainda no texto do G1 Pernambuco (2014), menciona-se um ofício encaminhado à gestão do Consórcio Novo Recife e à Secretaria Executiva de Licenciamento da Prefeitura da Cidade do Recife. O documento destaca o "poder geral de cautela do Iphan quanto à preservação do patrimônio arqueológico" e ressalta que a medida do órgão se baseou no descumprimento da celebração do Termo de Ajuste de Conduta e a necessidade de apresentação de documentação sobre a área.

Quanto à utilização do conhecimento arqueológico no processo de defesa do Cais José Estelita vale mencionar que a atuação da Arqueologia cumpre um papel jurídico-burocrático-institucionalizado, representado pelo Iphan, para responder a ação de demolição do Consórcio Novo Recife. Embora tais procedimentos sejam importantes para a proteção do patrimônio, ainda possuem limitações.

A exemplo do Cais José Estelita, o embargo não tinha capacidade de impedir a obra, mas, suspendê-la até que fossem cumpridos todos os princípios dispostos pela legislação patrimonial. Assim, o órgão afirmou ao Marco Zero que não sendo tombada, nem valorada como Patrimônio ferroviário, competia ao IPHAN avaliar o impacto do empreendimento sob o patrimônio no processo de licenciamento ambiental. O Órgão vem acompanhando todo o processo e fez diversas exigências, que foram sendo atendidas e analisadas até sua aprovação final (Santos, 2019).

Pela Portaria nº 10 de julho de 2010 o Iphan - PE criou um Grupo de Trabalho multidisciplinar para avaliar tecnicamente aquele imóvel enquanto representante (ou não) da memória ferroviária nacional que foi formado por diversos pesquisadores e técnicos do Iphan e tinha como objetivo elaborar pareceres técnicos que atestam a valoração e significância do Pátio das Cinco Pontas para a Memória Ferroviária. Assim, tem-se registro do primeiro parecer técnico em 17 de dezembro de 2010 o "Parecer Técnico sobre o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas", e outro complementar, em 7 de outubro de 2011 denominado "Pátio Ferroviário das Cinco Pontas: significância cultural e preservação da memória ferroviária. Ambos atestaram a importância do pátio e suas estruturas, evidenciando sua significância para a preservação do patrimônio ferroviário brasileiro.

Apesar dos pareceres, em 21 de maio de 2014 a Prefeitura da Cidade do Recife autorizou a derrubada das estruturas do Cais José Estelita, contrariando a decisão da justiça que proibia qualquer obra no local, sem que antes fossem efetuados estudos de impacto. Em 22 de maio do

mesmo ano, a demolição é embargada por uma liminar da Justiça Federal e do Iphan. Neste sentido, a Arqueologia passa a ter um papel de relevância no debate, uma vez que seus estudos para o local se tornam obrigatórios para a continuação das obras.

O Consórcio Novo Recife encaminha o projeto de Arqueologia para a área, nos moldes da Portaria nº 07 de 1 de dezembro do Iphan, o “Projeto de Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras do Cais José Estelita, no Bairro de São José, Recife, Pernambuco” que dizia se incorporar e se destinar a formação de um conjunto de ações intencionadas à melhoria urbanística do Cais José Estelita, alinhado com os interesses da contratante e um conseqüente trabalho de Arqueologia pouco crítico. Em 2014 a obra foi embargada e só retorna em 2019 quando o acompanhamento arqueológico retorna e as ações de Educação Patrimonial são aplicadas. O relatório final foi homologado com todas as exigências do Iphan em 20 de maio de 2020.

Quanto ao relatório, observa-se que nas atividades de campo foram identificados e resgatados pela equipe de arqueólogos 136 vestígios arqueológicos de diversas naturezas: faiança, ferro, vidro, cerâmica, porcelana, louça, grés, metal, osso, concreto, ladrilho, rocha, malacológico e outros materiais não identificados. Os trabalhos de Educação Patrimonial desenvolvidos pela equipe foram, inicialmente, dirigidos aos trabalhadores do Consórcio Novo Recife no canteiro de obras. Logo após foi estendido à Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Nabuco e a Escola Municipal Almirante Soares Dutra, ambas localizadas nas proximidades do empreendimento.

Segundo o relatório, durante a prática das atividades de Educação Patrimonial foram ministradas palestras aos trabalhadores e alunos das escolas sobre a importância da preservação do patrimônio da cidade, através da Arqueologia. As palestras seguiram as seguintes temáticas: o que é Arqueologia; o uso e resultados da arqueologia no Cais José Estelita e primeira estação; o patrimônio arqueológico e o empreendimento; foi salientado também a história das Estações de Trem do Recife e do patrimônio ferroviário.

A Instrução Normativa n. 01 de 25 de março de 2015 indica que as atividades de Educação Patrimonial realizadas não tenham um caráter pontual e construam relações com o público participante. O que não aconteceu. A presença de profissionais da área da Educação na elaboração dessas atividades, realizando uma mediação com trocas de experiências, levaria à

construção de uma metodologia consistente e apta a construir relações educacionais mais críticas.

Em casos como o do Cais José Estelita a participação da Arqueologia não pode ser restrita à participação vinculada às ações do empreendedor. Aos arqueólogos cabe participar das discussões e da defesa dos espaços patrimoniais da cidade. A participação dos arqueólogos nos debates sociais e políticos populares levará a Arqueologia alçar ao patamar de ciência do nosso tempo e fazer sentido às pessoas. Entender a Arqueologia, como uma ciência que se debruça apenas sobre fenômenos estáticos do passado, é negar sua interdisciplinaridade e impedi-la de ser um instrumento de transformação social.

Considerações Finais

A partir do desenvolvimento da pesquisa foi possível refletir e indagar sobre diversas questões que atravessam o debate do Patrimônio Arqueológico em contextos urbanos. Pode-se discutir também sobre como o modelo de desenvolvimento urbano imposto às cidades atuais interfere no patrimônio, restringindo o direito à memória e à cidade.

A análise de conteúdo dos textos presentes no *blog* do Grupo Direitos Urbanos Recife e dos processos encontrados no Sistema Eletrônico de Informações, se mostrou eficaz para alcançar os objetivos da pesquisa uma vez que delimita uma cronologia e propicia o entendimento do papel da Arqueologia nos debates internos do movimento e nas vias institucionais.

Buscou-se entender como a Arqueologia foi utilizada pelo movimento social para defender o patrimônio expresso no Cais José Estilista, bem como, como ela agiu por vias institucionais. Neste sentido, entender o patrimônio como elemento construído na memória da cidade, tornou-se essencial.

O Cais José Estelita e Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, desde seu abandono em 1999, foram alvos de inúmeros projetos que visavam fomentar um novo plano urbanístico para a região, operando a lógica das grandes construtoras que vinham em crescente na cidade. A partir disso, a derrubada do Cais José Estelita e a consolidação do Projeto Novo Recife tornam-se exemplos emblemáticos dessa situação, pois demonstram a consolidação de um projeto urbanístico que desvaloriza o patrimônio. Importante destacar que esse ponto faz parte de um fenômeno maior que promove a desigualdade e afasta as pessoas da cidade.

Sendo assim, é preciso compreender e reconhecer os valores históricos - arqueológicos dos quais o Cais José Estelita é detentor e a importância de sua preservação para perpetuação da história da cidade. Logo, a luta pela preservação do Cais José Estelita não esteve somente ligada a simples salvaguarda das construções, como espaços isolados e desconectados de um contexto.

A paisagem do Cais José Estelita está associada a diversos monumentos históricos-arqueológicos, uma vez que está em um bairro histórico da cidade. Portanto, preservar suas estruturas é preservar a paisagem histórica e a memória da cidade.

Para alcançar os objetivos de análise da atuação do movimento e sua estratégia de comunicação, utilizou-se, primeiramente, da disposição cronológica das publicações e buscou-se através das recorrências entender como o grupo se organizou e pautou as lutas em cada ano. Além disso, o movimento sempre se colocou como dinâmico e atuante nas ruas, promovendo a ocupação do Cais José Estelita e realizando atividades no espaço, apontando alternativas de uso para o local, com contribuições das mais diversas camadas da sociedade.

Os debates sobre a defesa do patrimônio marcaram toda a trajetória do movimento, tornando-se uns dos principais argumentos para impedir o avanço do Projeto Novo Recife. A Arqueologia teve papel fundamental por vias institucionais, cumprido em determinados momentos a função de reafirmar o Cais José Estelita como importante patrimônio para a memória da cidade do Recife. O debate arqueológico pelas vias institucionais foi limitado, estando subordinado e, portanto, acrítico, ao Projeto Novo Recife. A atuação na empreitada de Educação Patrimonial foi limitada e pouco profícua.

No mais, esta pesquisa também se apresenta como um convite a todos os profissionais e estudantes de Arqueologia a se inserirem nos movimentos sociais utilizando dos seus conhecimentos para transformar a realidade. Cabe às novas gerações utilizar do conhecimento da disciplina para reafirmar os direitos e autodeterminação dos povos e construir uma Arqueologia cada vez mais inserida nos debates do nosso tempo.

Referências

ANDRADE, E. 2014. A imprensa classe média. Direitos Urbanos. Recife, 03 jun. 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/06/03/a-imprensa-classe-média/>. Acesso em 15/08/2022.

ANICHINI, F.; BINI, M.; FABIANI, F.; GATTIGLI, G.; GIACOMELLI, S.; GUALANDI, M.L.; PAPPALARDO, M. & SARTI, G. 2001. Definition of the Parameters of the Archaeological Potential of an Urban Area. *MapPapers*, vol. 2: 47-49.

ARRUDA, F. P. 2015. A especulação imobiliária e o ecologismo dos pobres: O caso do bairro do Pina - Recife (PE). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BARDIN, L. 1983. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CISNEIROS, L. 2012a. Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife. *Direitos Urbanos*. Recife, 28. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/03/28/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto-novo-recife-v-1-0/>. Acesso em 10/08/2022.

CISNEIROS, L. 2012b. Ocupe Estelita discute Direitos Urbanos. *Direitos Urbanos*. Recife, 08 abr. 2012b. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/08/dp-ocupeestelita-discute-direitos-urbanos/>. Acesso: 10/08/2022.

COSTA, D. M. 2014. O urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 46-71, 2014. DOI: 10.31239/vtg.v8i2.10593. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11832>. Acesso em: 29 jun. 2022.

COVER, K.; DOWMUNT, T.; FOUNTAIN, A. 2007. *The Alternative Media Handbook*. London and New York: Routledge. *Direitos Urbanos*. Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, Nosso Patrimônio. Recife, 18 abr. 2012a. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio/>. Acesso em 20/08/2022.

FERNANDES, T. C. 2007. *Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre arqueologia pública no Brasil*. (Dissertação do Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FILHO, I. M. 2013. A serviço do progresso: semióforo, ideologia e sobre como o Jornal do Commercio tornou-se porta-voz do Consórcio Novo Recife. *Direitos Urbanos*. Recife, 07 out. 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/10/07/a-servico-do-progresso-semioforo-ideologia-e-sobre-como-o-jornal-do-commercio-tornou-se-porta-voz-do-consorcio-novo-recife/>. Acesso em 20/08/2022.

FUCHS, C. 2010. Alternative Media as Critical Media. *European Journal of Social Theory*, 13 (2), 173-192. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1368431010362294>.

FUNARI, P. P. A. 2013. *Arqueologia no Brasil e no Mundo: origens, problemáticas e tendências*. Ciência e Cultura, Vol. 65, pp.23-25, São Paulo, SP, Brasil.

FUNARI, P. P.; FUNARI, R. dos S. 2007. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (Orgs.) *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da UFSM, p. 11-21.

G1 Pernambuco. 2014. No Recife, Iphan embarga demolição de armazéns no Cais José Estelita. Recife, 22 mai. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/no-recife-iphan-embarga-demolicao-de-armazens-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 29/08/2022.

GOHN, M. da G. M. 2011. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola.

IPHAN. 2015. Instrução Normativa (2015), Capítulo III - Da Educação Patrimonial, Art. 46, § 4º. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_001_DE_25_de_marco_de_2015.pdf. Acesso 24/10/2022.

LEFEBRVE, H. 1968. O direito à cidade. Centauro. São Paulo.

MENEZES, J. L. da M. 2000. O urbanismo holandês no Recife: Permanências no urbanismo brasileiro. Colóquio: A construção do Brasil urbano. Lisboa: Recife.

MOSCOSO, L. 2020. Modelo de produção das mídias alternativas como saídas democráticas para desinformação. Revista Observatório, Palmas, v. 6, n. 6, p. 1-24, out-dez.

O vazio em torno do Cais. Jornal do Commercio. Recife, 6 de abril de 2012.

Parecer Técnico Complementar “Pátio Ferroviário das Cinco Pontas: significância cultural e preservação da memória ferroviária” apud Ação Civil Pública nº 2451, 2013, p. 14.

POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215.

QUEIROZ, V. L. 2012. O falso progresso. Direitos Urbanos. Recife, 07 abr. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/o-falso-progresso/>. Acesso em: 10/08/2022.

SANTOS, C. R.s dos; LAGE, C. 2021. Salvem Estelita! Patrimônio cultural do Brasil em risco. Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.248/8001>. Acesso em: março de 2021.

SANTOS, M. C. 2019. Termina embargo do Iphan que impedia demolição do Cais José Estelita. Direitos Urbanos, Recife. Disponível em: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Recursos_virtuais#:~:text=Modelo%20de%20Refer%C3